5º CONGRESSO UFU DE CONTABILIDADE
19 e 20 de outubro de 2023
Uberlândia-MG

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE NA PREFEITURA DO MUNÍCIPIO DE UBERLÂNDIA-MG

João Pedro Maia Moraes (UFU) - jp.maiamoraes@ufu.br

Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade (UFU) - maria.elisabeth@ufu.br

Resumo:

Para o usuário contábil, é essencial obter informações financeiras fidedignas de uma entidade, com elas é possível ter decisões mais assertivas. Sendo assim, o aprimoramento de suas técnicas é sempre bem-vinda, pois contribui para análises mais precisas. No setor público, com a implementação obrigatória da DFC em 2015, permitiu um melhor controle financeiro do caixa e equivalentes de caixa de entidades federativas. Nesse sentido, esta pesquisa tem por finalidade, desenvolver uma análise crítica da situação financeira do município Uberlândia, de 2017 a 2021 tendo por base a DFC e sob a lente da Teoria da Condição Financeira. Foi realizado um levantamento da situação financeira do município pelas DFCs disponibilizadas no portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A pesquisa se configurou como descritiva com abordagem quantitativa. Após análises dos dados, foi possível encontrar evidências, no período
analisado, que o município de Uberlândia possui uma situação financeira estável no curto prazo, porém é preciso controlar os compromissos de longo prazo, evitando problemas de solvência,
ou seja, para não deteriorar a situação atual. Os achados deste artigo estão sujeitos a limitações, tendo em vista que foi analisado somente um dos relatórios contábeis de propósito geral. Pesquisas futuras poderão analisar qualitativamente se no mesmo período, ou seja, de 2017 a 2021, houve alterações na qualidade dos serviços públicos, ou seja, o ente público além de ter uma situação fiscal estável deve ao mesmo tempo ofertar serviços públicos e gerar emprego e renda aos seus munícipes.

Palavras-chave: *Condição financeira; NBCASP; Indicadores; Setor Público.*

Área temática: *Contabilidade Aplicada ao Setor Público e ao Terceiro Setor*

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE NA PREFEITURA DO MUNÍCIPIO DE UBERLÂNDIA-MG

Resumo: Para o usuário contábil, é essencial obter informações financeiras fidedignas de uma entidade, com elas será possível ter decisões mais assertivas. Sendo assim, o aprimoramento de suas técnicas é sempre bem-vinda, pois contribui para análises mais precisas. No setor público, com a implementação do DFC pela NBC T 16.6, permitiu um melhor controle financeiro do caixa e equivalentes de caixa de entidades federativas. Nesse sentido, esta pesquisa tem por finalidade, desenvolver uma análise crítica da situação financeira do município Uberlândia, de 2017 a 2021 tendo por base a DFC e sob a lente da Teoria da Condição Financeira. Foi realizado um levantamento da situação financeira do município pelas DFCs disponibilizadas no portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A pesquisa se configurou como descritiva com abordagem quantitativa. Após análises dos dados, foi possível identificar que a cidade possui uma situação financeira estável no curto prazo, porém é preciso controlar os compromissos de longo prazo para não deteriorar a situação atual.

Palavras-chave: Condição financeira; NBCASP; Indicadores; Setor Público.

Área temática do evento: Contabilidade Aplicada ao Setor Público e ao Terceiro Setor

1 INTRODUÇÃO

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é um relatório contábil que evidencia as transações do caixa e equivalentes de caixa de um determinado período, com o objetivo de compreender com facilidade todos os recursos que passaram pelo caixa, bem como, o seu destino (RIBEIRO, 2013). E a contabilidade, de acordo com Marion (2022, p.23), "é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa." No setor público não é diferente, de acordo com Haddad e Mota (2010), a contabilidade pública é responsável pela aplicação da administração pública e as técnicas contábeis deverão levar em conta as regras do direito financeiro.

Segundo Abraham (2021) o direito financeiro tem como objetivo disciplinar as atividades financeiras dos órgãos públicos, pois segundo Lima e Diniz (2016, p.1), "a saúde financeira dos governos é condição essencial para o fornecimento contínuo de bens e serviços públicos de qualidade à população". Sendo assim, para garantir continuamente os serviços públicos é preciso sempre aprimorar as técnicas contábeis para ter um maior controle das finanças dos entes governamentais.

Há mais de uma década, se iniciou o processo de convergência, no setor público no Brasil, com a criação do Comitê Gestor da Convergência, por meio da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.103, e teve como finalidade traçar um plano de ação e coordenar o processo de convergência das normas brasileiras às internacionais nas áreas de auditoria, contabilidade pública e assuntos regulatórios. Em 2008, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria nº 184, que determinou a convergência às normas internacionais do setor público. No entanto, o que foi implementado não foram as *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) que são as normas internacionais, em níveis globais, de alta qualidade para a preparação de demonstrações contábeis por entidades do Setor Público (CFC,

2010) - como previsto naquela portaria e sim as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que foram as NBC T16, denominadas de normas de primeira geração.

Segundo Sasso e Varela (2020), as NBCs são baseadas no regime de competência, mas as IPSAS foram utilizadas somente como ponto de referência. Só mais tarde, em outubro de 2016, o CFC emitiu as primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) convergidas às IPSAS, dando início a revogação das NBC T16. De acordo com a *International Federation of Accountants* (IFAC) em 2019, existiam 14 países que implementaram as IPSAS, 64 países que estavam em processo para implementação e 46 países que ainda não optaram por adotar.

Schmidthuber, Hilgers e Hofmann (2020) destacam que muitos estudiosos e profissionais de gestão financeira pública consideram a adoção de IPSAS como uma condição para harmonizar os sistemas de contabilidade do setor público e atender às necessidades de transparência, comparabilidade e abrangência das demonstrações financeiras. No mesmo sentido Christiaens et al. (2015) afirma que, uma das principais razões para se utilizar as IPSAS é a certeza de que irão melhorar a comparabilidade das informações financeiras nacionais e internacionais e dar subsídios para a consolidação das demonstrações contábeis. Ainda segundo os autores as reformas nos sistemas de informações financeiras no setor público são um dos aspectos mais importantes da Nova Gestão Pública (*New Public Management* - NPM).

Lima e Diniz (2016) destacam que os demonstrativos contábeis, orçamentários e os relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal são os principais meios de divulgação das informações financeiras. A NBC TSP 11 – Apresentação das demonstrações contábeis em seu item 21 traz o conjunto das demonstrações contábeis e entre elas está a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) que foi normatizada pela NBC TSP 12. A obrigatoriedade da elaboração da DFC foi uma inovação no setor público. Desde 2008, a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis (que foi revogada em 2018), já previa a DFC, entretanto era facultativa a sua publicação, em 2015 passou a ser obrigatória. Macêdo e Klann (2014) constataram que de 2010 a 2012, de modo unânime, nenhum dos entes federativos evidenciou a DFC.

Bezerra Filho (2021) destaca que o objetivo central da DFC é apresentar informações relevantes sobre os recebimentos e pagamentos dos recursos financeiros de um determinado período de todos os entes públicos, propiciando a análise em conjunto com as demais demonstrações contábeis, sua capacidade de geração e consumo de caixa e equivalentes. Segundo Lima e Diniz (2016) a análise da DFC ao longo do tempo revela se há vulnerabilidade financeira ou risco financeiro dos entes públicos

Espera-se que com a adoção da DFC ocorra um aprimoramento na obtenção de informações financeiras de um ente público, permitindo tomada de decisões eficientes, melhorando, consequentemente, o desempenho financeiro e a continuidade dos serviços públicos. Sendo assim, essa pesquisa busca responder à seguinte questão de pesquisa: qual a situação financeira do município Uberlândia, de 2017 a 2021 tendo por base a DFC. Portanto, o objetivo desta pesquisa é desenvolver uma análise crítica da situação financeira do município Uberlândia, de 2017 a 2021 tendo por base a DFC.

Sob a lente da Teoria da Condição Financeira (TCF), pois, busca identificar evidências quanto a probabilidade de problemas, no longo prazo, na solvência dos entes públicos. O período escolhido é devido que nos anos anteriores as DFCs não estavam padronizadas tendo em vista a recente obrigatoriedade desta demonstração e no período da coleta ainda não estava disponível a DFC do ano de 2022. A relevância desta pesquisa é propiciar uma visão acerca da análise do desempenho financeiro do município de Uberlândia nos últimos cinco anos, com a

nova demonstração contábil instituída com a convergência às normas internacionais do setor público.

Esta pesquisa contribui com a academia tendo em vista que segundo Sasso e Varela (2020), as pesquisas na área da contabilidade aplicada ao setor público (CASP) no Brasil nos últimos anos foram em sua maioria qualitativas, por isso pesquisas quantitativas são bem-vindas. Do mesmo modo, para os normatizadores e órgão de controle no sentido de analisar empiricamente o poder informativo da DFC no setor público. E por fim, a sociedade demonstrando a importância de analisar a situação financeira dos municípios, contribuindo também na transparência e *accountability*.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica objetiva trazer o alicerce científico ao estudo. Para isso, são abordados os seguintes tópicos: Teoria da Condição Financeira (TCF), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); Análise das Demonstrações Contábeis e Indicadores e, por fim estudos correlatos.

2.1 Teoria da Condição Financeira (TCF)

Existem vários conceitos de condição financeira. Wang, Dennis e Tu (2007) citam que a definição mais aceita é se a instituição tem a capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras pontualmente, está em boas condições financeiras. Do mesmo modo, no setor é a capacidade do governo fornecer serviços públicos de qualidade e ao mesmo tempo conseguir pagar as obrigações atuais e futuras (WANG, DENNIS e TU, 2007).

Segundo Lima e Diniz (2016), a TCF ainda está em desenvolvimento, sendo um fenômeno complexo, entretanto, há consenso que uma economia que gera receita suficiente para cobrir os custos dos serviços públicos e concomitantemente fornece emprego e renda e, ainda, um controle fiscal efetivo proporcionam uma situação fiscal saudável.

Segundo Dantas Júnior et al (2019), quando um ente público é cobrado para aumentar os gastos, mas não possui recursos necessários, há uma deterioração de sua condição financeira. Cardoso (2022) destaca que a deterioração da condição financeira afeta a qualidade dos serviços públicos e os investimentos dos entes públicos

Portanto, uma análise da condição financeira dos entes públicos contribui para prevenir problemas de solvência a longo prazo.

2.2 Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC)

De acordo com Chagas (2019), o termo fluxo, remete à ideia de movimento, seguindo essa mesma linha de pensamento, ele define fluxo de caixa como a movimentação do dinheiro (entradas e saídas) de uma determinada entidade. Assim, a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) pode ser relevante para gerar informações sobre o fluxo de caixa, contribuindo para a tomada de decisão. Segundo Martins, Miranda e Diniz (2020, p.47) “os usuários das demonstrações contábeis podem avaliar a capacidade de gerar fluxos futuros de caixa da entidade, a capacidade de saldar obrigações e pagar dividendos, a flexibilidade financeira da empresa e a taxa de conversão do lucro em caixa entre outros aspectos”.

Segundo Souza (2012, p.1156):

> A Demonstração do Fluxo de Caixa informa as entradas (recebimentos em dinheiro) e as saídas (pagamentos em dinheiro) de uma empresa segregadas em atividades Operacionais, atividades de Financiamentos e atividades de Investimentos, sendo que a soma dessas atividades resulta na variação líquida de caixa ocorrida no período contábil (exercício social) que somada ao saldo inicial de caixa mais equivalente-caixa resulta no final de caixa mais equivalente-caixa.

De acordo com a NBC TSP 12, essa demonstração contábil deve ser dividida em três atividades, as Operacionais, que indicam a proporção em que o governo vem financiando suas atividades correntes por meio da tributação e outras cobranças; as de Investimento, que estão ligadas com as saídas de caixa com a finalidade de contribuir para a prestação de serviços; e as de Financiamento, que demonstra a previsão de exigências dos fluxos de caixa futuros e os provedores de capital. A DFC pode ser elaborada de dois métodos, o direto e o indireto, de acordo com Souza (2012), o método direto demonstra de forma bruta todos os recebimentos e pagamentos de dinheiro da empresa. Já no método indireto, é ajustado, parte-se do lucro líquido e pelas receitas e despesas que não alteram o caixa e não fazem parte das Atividades Operacionais.

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (2022), a NCT TSP 12 faculta a utilização alternativa do método direto ou indireto, incentivando a utilização do primeiro, entretanto, para fins de padronização o manual optou pela utilização no método direto como obrigatório para todos os entes da Federação.

De acordo com Leite (2016), a DFC possui características importantes para a administração municipal, pois serve como uma ferramenta de gestão e controle financeiro, dessa forma a sociedade poderá fiscalizar os recursos do município, ou seja, de onde vem tais recursos e como são gastos. Enfim, trata-se de mais uma demonstração contábil com o objetivo de proporcionar transparência e contribuir para a tomada de decisão dos gestores públicos.

2.3 Análise das Demonstrações Contábeis e Indicadores

Segundo Assaf Neto e Lima (2019) a análise das demonstrações tem como objetivo, fazer o estudo sobre o desempenho econômico-financeiro de uma organização. Para isso, o desempenho passado dessa entidade é necessário para diagnosticar o desempenho atual e servir como base para a previsão de tendências futuras. Iudícibus (2017) destaca que a análise das demonstrações contábeis é uma arte, pois, ainda não existe um método científico comprovado de relacionar os índices e obter um diagnóstico preciso, ou seja, os analistas podem chegar a conclusões diferentes utilizando as mesmas informações e indicadores iguais.

As análises das demonstrações contábeis podem ser feitas de diferentes modos, de acordo com Assaf Neto e Lima (2019) o uso de índices é a técnica mais utilizada nessas análises, porém se utilizadas sozinhas eles não fornecem informações suficientes para uma conclusão, sendo assim se utilizam das comparações temporais ou setoriais. A comparação temporal é a forma de conhecer a evolução dos indicadores financeiros nos últimos anos, já na comparação setorial, é feito um confronto com os indicadores dos principais concorrentes da entidade.

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2020), a interpretação das demonstrações financeiras mediante análise de índices, é uma das técnicas mais proeminentes na compreensão das informações contábeis. Lima e Diniz (2016) destacam que a análise da DFC realizada em série histórica, é possível avaliar se a entidade apresenta capacidade de autofinanciamento ou

se tem dependência de financiamentos externos ao longo dos anos, ou seja, demonstrar se há vulnerabilidade financeira ou risco financeiro do ente público.

Sendo assim optou-se por analisar a DFC pelas análises horizontal, vertical, de tendências, bem como por meio de indicadores que apresentam a magnitude e o direcionamento da posição operacional de caixa, tendo por base Lima e Diniz (2016), devido a especificidade do setor público.

2.3.1 Análises Horizontal (AH) e Vertical (AV)

Como já destacado, a análise dos demonstrativos quando utilizada adequadamente, pode transformar-se num poderoso instrumento de controle da administração. Segundo Iudícibus (2017) a análise horizontal (AH) e a análise vertical (AV) devem ser utilizadas conjuntamente. Ainda segundo o autor, quanto à análise horizontal, seu o objetivo principal é demonstrar o crescimento de itens dos demonstrativos financeiros por períodos, a fim de caracterizar tendências. Importante destacar que a AH apresenta os efeitos e não as causas das alterações (SILVA, 2017).

De acordo com Martins, Miranda e Diniz (2020) a AH é uma forma de análise que se compara os números-índices de uma organização dos anos anteriores com o atual, possibilitando a visualização da evolução das contas individuais e dos grupos contas. A fórmula está exposta na seção de metodologia. Já a análise vertical se difere da horizontal pois, enquanto a AH tem seu foco na variação temporal de uma mesma conta, a AV tem seu foco na variação de uma conta em relação a outra (base) em um mesmo período, com os resultados obtidos pode ser feito uma comparação temporal e setorial (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020). A fórmula está exposta na seção de metodologia.

Silva (2017) destaca que a AV permite a identificação da importância de cada conta dentro do demonstrativo financeiro que está sendo analisado. Ainda segundo o autor a AV espelha os efeitos e pode-se inferir algumas causas das mudanças, se houver. Segundo Iudícibus (2017, p.99) “as análises horizontal e vertical são muito importantes como etapa preparatória à análise por quocientes propriamente dita”.

2.3.2 Análise de indicadores

Os índices são importantes, pois contribuem para compreender a saúde financeira de uma organização ou ente público, a análise do desempenho passado favorece a tomada de decisão com pistas acerca do desempenho futuro (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020). Os autores destacam que não é preciso uma grande quantidade de índices para uma análise de qualidade. Os indicadores a serem utilizados neste artigo são os recomendados por Lima e Diniz (2016) por serem específicos para analisarem a DFC: (i) representatividade do caixa operacional (RCO); (ii) indicador de amortização de dívida (IAD) e (iii) indicador da atividade operacional (IAO), e estão expostos na metodologia.

2.3.3 Análise de tendências

Martins, Miranda e Diniz (2020, p.78) alertam que a “análise de um índice sem um referencial de tendência não é muito útil para interpretar a situação financeira da empresa”. De acordo com Lima e Diniz (2016) a análise de tendência (AT) é uma análise temporal que se utiliza dos índices para realizar comparações e chegar a conclusões de como a entidade está

sendo conduzida e provisões para o futuro. Esta análise se assemelha à AH, porém a AT expõe mais informações, revelando altos e baixos de um indicador. A fórmula está exposta na seção de metodologia.

2.4 Estudos Correlatos

Esta seção tem por objetivo trazer o que vem sendo investigado sobre a DFC no setor público brasileiro, após a sua adoção obrigatória pelos entes públicos.

Pederneiras et al. (2013), analisaram se a obrigatoriedade na elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa para o setor público traz ganhos informacionais tendo em vista que o setor público passou a ter o balanço financeiro e DFC. Concluíram que ambos os demonstrativos são importantes para a tomada de decisão dos gestores e que são complementares, gerando informações diferentes, permitindo uma melhor visualização e transparência da situação financeira do ente governamental.

Silva et al. (2015) investigaram as contribuições das Demonstrações dos Fluxos de Caixa como instrumento de transparência na gestão dos recursos financeiros do setor público. Concluíram que a DFC pode ser utilizada como instrumento de transparência das contas públicas, para tomada de decisões e complementa as demais informações contábeis.

Silva (2018) em sua dissertação analisou com a DFC auxilia no planejamento, na transparência e prestação de contas do Instituto Federal de Goiás-IFG. Concluiu que a DFC é relevante, mas precisa ser aprimorada a sua implantação, divulgação e utilidade. Contribuiu para a transparência na utilização dos recursos públicos e na previsão orçamentária e tomada de decisão.

Já Zamprogno e Bezerra Filho (2020), verificaram a percepção de contadores (por meio de questionário) que atuam com a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) acerca da evidenciação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), conforme modelo da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Concluíram que de modo geral que os respondentes acham que a DFC no setor público deveria ter outra forma de apresentação e deveria destacar os recursos ordinários e vinculados, bem como os orçamentários e extraorçamentários.

Percebe-se que o tema ainda é incipiente, e ainda não foram encontrados artigos nas bases pesquisadas que analisaram o desempenho financeiro dos entes públicos com base na DFC, que é o foco deste artigo. Um consenso entre os estudos é que a DFC contribui para maior transparência na utilização dos recursos públicos.

3 METODOLOGIA

Dado o objetivo proposto que foi desenvolver uma análise crítica da situação financeira dos municípios Uberlândia, de 2017 a 2021 tendo por base a DFC esta pesquisa é classificada quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema.

Quanto aos objetivos classifica-se como descritiva, pois foi feito um levantamento da situação financeira de Uberlândia. Enfatiza-se que esse tipo de pesquisa busca conhecer um fenômeno sem modificá-lo (SELLTIZ, WRIGHTSMAN, COOK, 1987; ANDRADE, 2002).

Quanto aos procedimentos caracteriza-se como pesquisa documental, pois foi feito uma investigação com fontes primárias a fim de desenvolver a análise crítica.

Quanto ao problema classifica-se como predominantemente quantitativa, pois emprega instrumentos matemáticos estatísticos com a intenção de garantir a precisão dos resultados e evitar distorções de análise e interpretação.

O período escolhido para a amostra, conforme dito na introdução, foi devido as DFCs nos anos anteriores estarem em fase de implantação e não padronizadas, para uma comparação detalhada entre os anos.

A coleta de dados foi realizada no site do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no link: https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/inicio. Os dados serão tabulados e analisados conforme Lima e Diniz (2016) destacam: a análise da DFC pode ser realizada por meio de análise vertical, análise horizontal e análise de tendência, abaixo estão descritas as suas fórmulas.

Fórmula (1)

$$AV = \frac{x}{y} * 100(\%)$$

Em que:
AV = participação relativa vertical (%);
x = item ou subgrupo da variável em análise;
y = categoria ou grupo da variável em análise.

Fórmula (2)

$$AH = \left(\frac{y}{x} * 100\right) - 100(\%)$$

Em que:
AH = variação horizontal percentual (%);
x = variável do ano-base;
y = variável do ano em análise.

Fórmula (3)

$$AT = \frac{x}{y}$$

Em que:
AT = análise de tendência
x = valor absoluto das variáveis
y = valor absoluto do ano-base

O quadro 01 apresenta os indicadores utilizados na pesquisa, bem como os conceitos, fórmulas e interpretação.

Quadro 01 – Análise por indicadores

Indicador	Conceito	Fórmula	Interpretação
Representatividade do caixa operacional (RCO)	relação entre o Caixa Gerado pelas Operações (CGP) e as Despesas Operacionais (DO)	$\text{RCO} = \frac{\text{CGP}}{\text{DO}}$	Potencial do governo em financiar suas atividades. Quanto maior essa relação, menor o risco financeiro e maior a capacidade do governo em resistir a crises financeiras.
Indicador de amortização de dívida (IAD)	relação entre o Passivo Total (PT) e Caixa Gerado pelas Operações (CGP)	$\text{IAD} = \frac{\text{PT}}{\text{CGP}}$	Quanto maior o resultado desse indicador, pior o desempenho financeiro da entidade, pois revela a necessidade de geração operacional de caixa para atender as obrigações da entidade.
Indicador da atividade operacional (IAO)	relação entre o Caixa Gerado pelas Operações	$\text{IAO} = \frac{\text{CGP}}{\text{GLCT}}$	Quanto maior o resultado desse indicador, melhor o desempenho

	(CGP) e a Geração Líquida de Caixa Total (GLCT)		financeiro do governo, pois revela a capacidade da entidade em gerar resultado operacional.

Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016)

Portanto, após a coleta e compilação dos dados e aplicados às respectivas fórmulas e indicadores, bem como as análises horizontal e vertical realizadas. Os resultados e as análises estão detalhados na próxima seção.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Primeiramente, são apresentados na Tabela 01 um resumo dos dados da DFC do Município de Uberlândia de 2017 a 2021.

Tabela 01: Resumo da DFC do Município de Uberlândia de 2017 a 2021 R$

DFC	2017	2018	2019	2020	2021
FC Operacional	105.981.572	113.827.689	140.976.524	393.027.307	292.634.780
FC Investimento	(112.934.369)	(97.559.028)	(168.856.822)	(199.882.873)	(161.031.803)
FC Financiamento	22.401.648	79.443.627	93.491.394	117.396.430	(51.882.069)
GLC	15.448.851	95.712.288	65.611.097	310.540.864	79.720.908
Caixa Inicial	677.191.995	692.640.845	788.353.134	853.964.230	1.164.505.095
Caixa Final	692.640.845	788.353.134	853.964.230	1.164.505.095	1.244.226.003

Fonte: dados da pesquisa
Nota: FC: Fluxo de Caixa; GLC: Geração Líquida de Caixa

Observa-se na Tabela 01 que os Fluxos Operacional e de Financiamento foram positivos ao longo dos anos, com exceção, em 2021, que o fluxo de financiamento foi negativo, e em todos os anos, o Fluxo de Investimento foi negativo, ou seja, o que revela que os investimentos realizados pelo município estão sendo realizados com recursos próprios e de terceiros (operações de crédito) e com venda de alguns ativos. Os investimentos realizados no período foram com aquisição de ativo não circulante. Quanto a GLC, observou-se que o resultado foi positivo em todos os anos, ou seja, o caixa gerado foi suficiente para cobrir os desembolsos.

Para uma análise mais aprofundada a Tabela 02 apresenta a análise vertical da DFC detalhada.

Tabela 02: Análise vertical da DFC detalhada

DFC – Análise Vertical	2017	2018	2019	2020	2021
FC das Atividades Operacionais					
Ingressos	100	100	100	100	100
Receita Tributária			16,61	10,20	17,71
Receita de Contribuições			7,58	4,27	8,83
Receita Patrimonial			0,74	0,51	0,23
Receita Agropecuária			0,00	0,00	0,00
Receita Industrial			0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços			7,42	4,17	6,56
Remuneração das Disponibilidades			0,22	0,05	0,49

Outras Receitas Derivadas e Origin.			29,53	1,14	1,53
Transferências Recebidas			37,89	31,84	41,68
Outros Ingressos Operacionais				47,82	22,97
Receitas Derivadas e Originárias	36,16	37,31			
Transferências Correntes Recebidas	39,09	35,93			
Outros Ingressos Operacionais	24,75	26,76			
Desembolsos	96,06	96,05	95,66	92,99	92,61
Pessoal e Demais Despesas	57,42	54,43	50,35	31,29	44,81
Juros e Encargos da Dívida	0,52	0,57	0,70	0,26	1,17
Transferências Concedidas	12,26	14,61	17,46	14,08	25,47
Outros Desembolsos Operacionais	25,86	26,46	27,15	47,36	21,15
FC Líquido das Ativ. Operacionais	3,94	3,95	4,34	7,01	7,39
FC Caixa das Ativ. de Investimento					
Ingressos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Alienação de Bens	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Amortização de Emp e Fina.Conc.					0,00
Outros Ingressos de Investimentos					0,00
Desembolsos	-1037,71	-1624,11	-3596,71	-4698,71	-2649,41
Aquisição de Ativo Não Circulante	-936,68	-1421,54	-3253,95	-4513,27	-2453,08
Concessão de Empréstimos e Fin.				0,00	0,00
Outros Desembolsos de Investimentos	-101,03	-202,57	-342,76	-185,44	-196,33
FC Líquido das Ativ. de Investimento	-937,71	-1524,11	-3496,71	-4598,71	-2549,41
FC das Ativ. de Financiamento					
Ingressos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Operações de Crédito	85,43	77,60	99,76	48,85	98,82
Integralização Capital Soc de Emp. Dep.		0,00			0,00
Transferências de Capital Recebidas	14,57	22,40	0,24	0,00	0,00
Outros Ingressos de Financiamentos		0,00		51,15	1,18
Desembolsos	35,68	17,89	18,32	53,92	221,39
Amortização/Refin. da Dívida		0,00		0,00	0,00
Outros Des. de Financiamento	35,68	17,89	18,32	53,92	221,39
FC Líq. das Ativ. de Financiamento	64,32	82,11	81,68	46,08	-121,39
GERAÇÃO LÍQ. CAIXA E EQ.	2,23	12,14	7,68	26,67	6,41
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	97,77	87,86	92,32	73,33	93,59
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados de pesquisa

Analisando a Tabela 02, percebe-se que a partir de 2019, os ingressos operacionais foram mais detalhados, pois, em 2017 e 2018, as receitas derivadas e originárias não estavam especificadas e que as receitas tributárias e as transferências foram em média 35% cada do total dos ingressos, ou seja, as receitas arrecadadas no município, são parecidas com o montante das transferências recebidas. Em 2019, as receitas operacionais foram mais de 60%, enquanto, as transferências permaneceram perto do percentual de 2017 e 2018. Já em 2020 (ano do início da

pandemia de COVID-19), as receitas operacionais caíram para 20% e em 2021 houve um acréscimo para próximo de 35%, destacando que as transferências em 2021 foram mais de 40%.

Quanto aos desembolsos operacionais, o maior gasto do município foi com despesa de pessoal e encargos, sendo que em 2017, 2018 e 2019, foram acima de 50% do total de desembolsos, havendo uma queda em 2020 de quase 20 pontos percentuais e em 2021 o gasto com pessoal foi quase 45%. Destaca-se que em todos os anos o fluxo de caixa operacional foi positivo, ou seja, houve mais ingressos do que desembolsos, destacando que em 2020 e 2021 houve um aumento em torno de 3 pontos percentuais. O que pode demonstrar uma melhora no resultado operacional.

Os ingressos na atividade de investimento nos cinco anos foram com alienação de ativos, e quanto aos desembolsos houve aquisição de novos ativos não circulante e outros desembolsos não especificados, entretanto, o fluxo desta atividade foi negativo em todos os anos. Infere-se que o município está vendendo ativos e concomitantemente adquirindo novos ativos não circulante, entretanto, não foi suficiente, tendo em vista que o FCLI foi negativo em todos os anos.

Na atividade de financiamento, observa-se que os ingressos em sua maioria foram por operações de crédito, com exceção de 2020, que houve outros ingressos que não foram detalhados, que representou perto de 52% no período. Os desembolsos não foram para amortização de dívida, e sim para outros pagamentos de financiamentos, entretanto, o fluxo de caixa líquido das atividades de financiamentos foi positivo, com exceção do ano de 2021 que foi deficitário em mais de 100%, nesse ano utilizou recursos próprios gerado pelo caixa operacional para pagar financiamentos.

No geral, quanto à geração líquida de caixa, foi superavitária em todos os anos, ou seja, o caixa gerado foi suficiente para cobrir os desembolsos realizados.

A Tabela 03 traz a análise horizontal simplificada do período analisado.

Tabela 03: Análise horizontal simplificada

DFC- Em Milhares R$	2017	2018	AH 2017-2018	2019	AH 2018-2019	2020	AH 2019-2020	2021	AH 2020-2021
FCO									
Ingressos	2.686.719	2.885.025	7,38	3.244.598	12,46	5.605.507	72,76	3.959.712	(29,36)
Desembolsos	2.580.738	2.771.197	7,38	3.103.621	12,00	5.212.479	67,95	3.667.077	(29,65)
FCLO	105.981	113.827	7,40	140.976	23,85	393.027	178,79	292.634	(25,54)
FCI									
Ingressos	12.043	6.401	(46,85)	4.829	(24,56)	4.346	(10,00)	6.316	45,33
Desembolsos	124.978	103.960	(16,82)	173.685	67,07	204.229	17,59	167.348	(18,06)
FCLI	(112.934)	(97.559)	(13,61)	(168.856)	73,08	(199.882)	18,37	(161.031)	(19,44)
FCF									
Ingressos	34.828	96.747	177,79	114.465	18,31	254.787	122,59	42.739	(83,23)
Desembolsos	12.427	17.303	39,24	20.974	21,22	137.391	555,05	94.621	(31,13)
FCLF	22.401	79.443	254,64	93.491	17,68	117.396	25,57	-51.882	(144,19)
GLC	15.448	95.712	519,58	65.611	(31,45)	310.540	373,30	79.720	(74,33)

Caixa Inicial	677.191	692.640	2,28	788.353	13,82	853.964	8,32	1.164.505	36,36
Caixa Final	692.640	788.353	13,82	853.964	8,32	1.164.505	36,36	1.244.226	6,85

Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se na análise horizontal exposta na Tabela 03, que o ano de 2020 (início da pandemia da COVID-19) houve um acréscimo no fluxo de caixa operacional, tanto para os ingressos quanto para os desembolsos, entretanto, ainda assim, o fluxo foi positivo e um aumento perto de 180% em relação a 2019. Por esse motivo em 2021 houve uma queda de quase 30%, mas fechando ainda com um fluxo operacional líquido positivo.

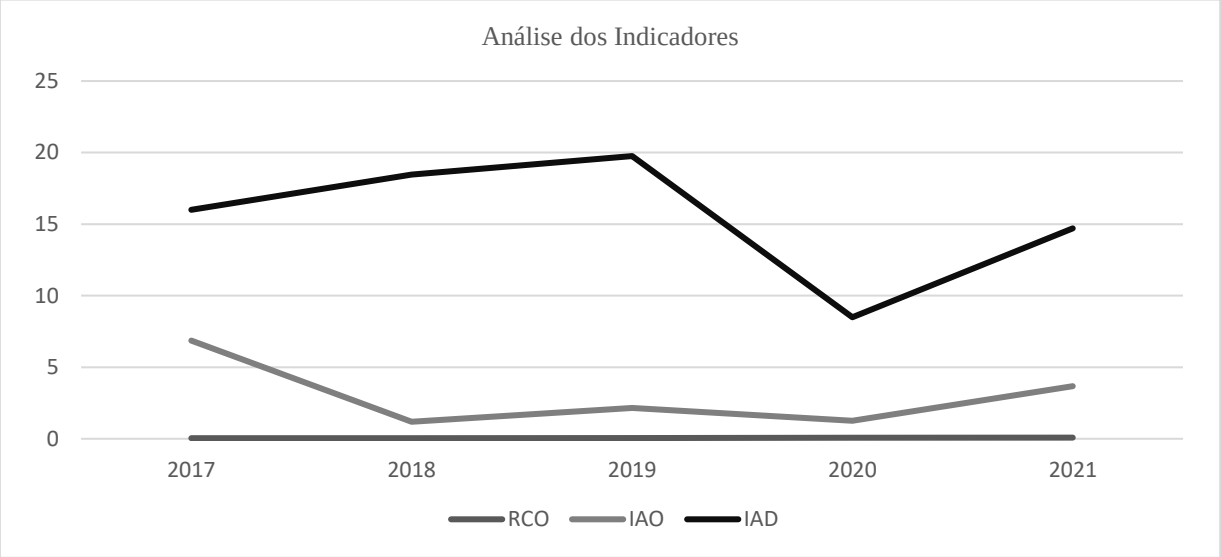
O fluxo de caixa de investimentos como já dito na análise vertical foi negativo todos os anos, com impacto maior em 2019 que houve um acréscimo de 67% no desembolso e uma queda perto de 25% de ingressos, impactando negativamente no resultado em 73% em relação a 2018.

Destaca-se o ano de 2020 nas atividades de financiamento, com um acréscimo de 122% nos ingressos, mas de 555% de desembolso, entretanto ainda assim o fluxo de financiamento neste ano foi positivo. E em 2021 obteve-se um resultado deficitário em 144% em relação a 2020, apesar dos desembolsos terem uma queda 31%, houve queda nos ingressos também 83%.

Como já se apontava nas análises precedidas, o caixa gerado foi suficiente para contrabalancear os desembolsos realizados, ou seja, o Município não utilizou saldo de caixa dos anos anteriores para honrar com os compromissos assumidos.

Como já citado no referencial teórico e na metodologia, as análises vertical e horizontal podem ser complementadas pela análise de indicadores conforme exposto na Figura 01.

Figura 01 – Análise dos Indicadores



Fonte: Dados da pesquisa
Nota: RCO: Representatividade do Fluxo de Caixa Operacional; IAO: Indicador da atividade Operacional; IAD: Indicador de Amortização da dívida.

A representatividade do caixa operacional (RCO) evidencia o caixa gerado pelas operações (CGP) em relação às despesas operacionais (DO) atinge 4% em 2017 e 2018, 5% em 2019 e 8% em 2020 e 2021. Esse comportamento revela que o fluxo de entrada de recursos operacionais é suficiente para o governo financiar seus gastos operacionais e ainda sobra

parcela para contribuir com as atividades de investimento e financiamento, bem como para reservar caixa para os exercícios subsequentes a fim de dotar o município de maior capacidade para resistir a futuras crises financeiras.

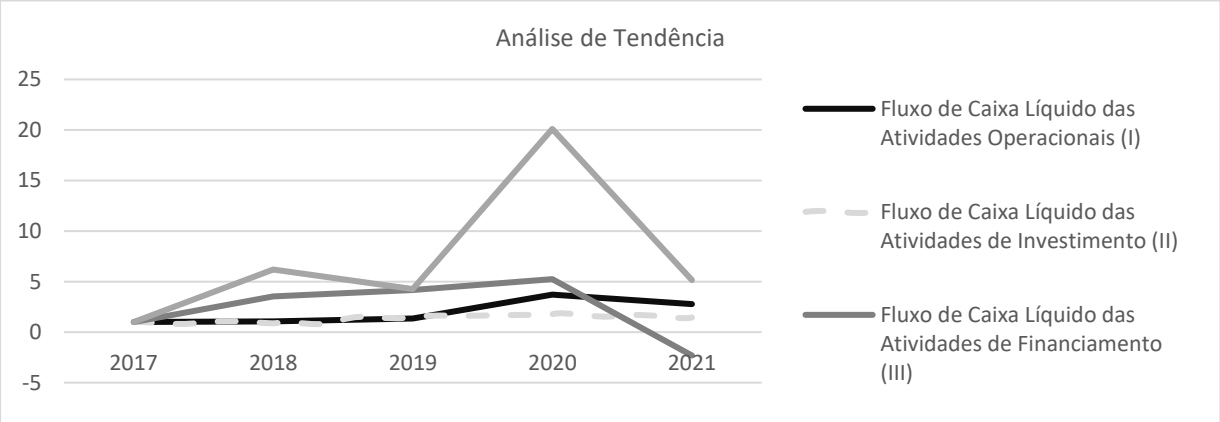
Quanto ao indicador da atividade operacional (IAO), observa-se que a parcela da geração líquida de caixa proporcionada pelas atividades operacionais do governo (CGP) é maior do que a geração líquida de caixa total (GLCT) em todos os exercícios, 6,86 em 2017; 1,19 em 2018; 2,15 em 2019; 1,27 em 2020 e 3,67 em 2021. Pode-se inferir que o caixa operacional foi suficiente para fazer frente aos desembolsos operacionais, de investimento e de financiamento e ainda sobraram recursos para serem usados nos exercícios seguintes.

O indicador de amortização de dívida (IAD) revela que a dívida total do Município representa 15,99; 18,46; 19,75; 8,49 e 14,71 vezes o caixa gerado pelas operações (CGP), respectivamente, em 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021, ou seja, em 2021, o município precisava gerar um caixa operacional de quase 15 vezes para quitar o seu passivo total.

Lima e Diniz (2016) recomendam calcular o IAD separando a dívida de curto e longo prazo, devido o lapso temporal entre o caixa operacional e os prazos das dívidas. A partir desta análise, percebe-se que a dívida do município de Uberlândia é em torno de 90% de longo prazo em todos os anos. Em 2021, por exemplo, a relação entre dívida de curto prazo e caixa operacional é de 1,24, portanto, o município não apresenta dificuldade para cumprir suas obrigações de curto prazo. Entretanto, a de longo prazo é 13,48, portanto, deve-se ter cautela nos próximos anos para não aumentar essa proporção.

A Figura 02 traz a análise de tendência que complementa a análise horizontal.

Figura 02 – Análise de tendência



Fonte: Dados da pesquisa

Destaca-se na Figura 02 a geração líquida de caixa que em 2020 houve uma alta expressiva, que se pode inferir que houve mais recursos para os municípios devido a pandemia. Houve queda em 2021, entretanto, em relação a 2020. Ao comparar com 2017, percebe-se um acréscimo em 2018, uma queda em 2019, e em 2021 a geração de caixa retorna à tendência antes de 2020. O Fluxo de financiamento foi negativo em 2021, após uma tendência positiva. Pode-se observar que neste ano houve pagamento de financiamento superior a ingressos de operação de crédito, ou seja, parte do pagamento da dívida foi realizada com recursos operacionais.

Como já dito nas análises anteriores, o fluxo de investimento, foi negativo em todos os anos, mas a tendência foi estável, com uma pequena melhora nos últimos anos. E por fim, o operacional se manteve estável, com uma tendência de alta no ano de 2020, como já exposto,

entretanto em 2021, houve uma queda em relação a 2020, mas ainda mais alto que em relação aos demais anos.

Após todas as análises percebe-se que a DFC proporciona transparência quanto à origem e aplicações dos recursos públicos, essa afirmação vem ao encontro dos estudos de Pederneiras et al. (2013); Silva et al. (2015) e Silva (2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo delineado neste artigo que foi desenvolver uma análise crítica da situação financeira do município Uberlândia, de 2017 a 2021 tendo por base a DFC e sob a lente da TCF, pode-se concluir que foram encontradas evidências, no período analisado, de que há uma situação financeira estável, entretanto, há de se controlar os compromissos de longo prazo que podem deteriorar a situação atual, podendo causar problemas na solvência do município.

Destaca-se que o município de Uberlândia em todos os anos gerou um fluxo de caixa líquido positivo, demonstrando que os recursos operacionais foram suficientes para o governo financiar seus gastos operacionais e ainda sobra parcela para contribuir com as atividades de investimento e financiamento, bem como para reservar caixa para os exercícios subsequentes.

Pesquisas futuras poderão analisar qualitativamente se no mesmo período, ou seja, de 2017 a 2021, houve alterações na qualidade dos serviços públicos, ou seja, o ente público além de ter uma situação fiscal estável deve ao mesmo tempo ofertar serviços públicos e gerar emprego e renda aos seus munícipes.

Os achados deste artigo estão sujeitos a limitações, tendo em vista que foi analisado somente um dos relatórios contábeis de propósito geral definidos na estrutura conceitual aplicada ao setor público, ou seja, a DFC. A escolha desta demonstração foi devido ser um demonstrativo que não era obrigatório para o setor público antes da convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, M**. Duas disciplinas, um objetivo: a simbiótica relação do Direito Financeiro com o Direito Tributário.** 20 out. 2021. Disponível em: <http://genjuridico.com.br/2021/10/20/direito-financeiro-direito-tributario/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação:** noções práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSAF NETO, A.; LIMA, G. F.. **Curso de administração financeira.** 4º ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BEZERRA FILHO, J. E. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Abordagem Objetiva e Didática.** Disponível em: VitalSource Bookshelf, (3rd Edition). Grupo GEN, 2021.

BRASIL. Secretaria de Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade Aplicada ao setor público:** Aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios /Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. – 9.Ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional,

Subsecretaria de Contabilidade Pública. Coordenação Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação. Disponível em: https://cdn.tesouro.gov.br/sistemas-internos/apex/producao/sistemas/thot/arquivos/publicacoes/41943_1389208/MCASP%209%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o_.pdf?v=471>.Acesso em: 25 de maio de 2023

CARDOSO, R. S. **Efeitos da condição financeira governamental na probabilidade de reeleição de prefeitos brasileiros**. 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CHAGAS, G. **Contabilidade geral simplificada.** 4ºed. São Paulo: Atlas, 2019.

CHRISTIAENS J., VANHEE, C. MANES-ROSSI, F. AVERSANO, N., VAN CAUWENBERGE, P. The effect of IPSAS on reforming governmental financial reporting: an international comparison**. International Review of Administrative Sciences**, 81(1), 158-177. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Brasília-DF, Manual IFAC 2010. Disponível em: https://www.cnm.org.br/contadores/img/pdf/normas_internacionais_de_contabilidade/NornasInternacionaisdeContabilidadeparaoSetorPublico.pdf. Acesso em 28/12/22.

DANTAS JUNIOR, A. F.; DINIZ, J. A.; LIMA S. C. de. A influência do federalismo fiscal sobre o estresse fiscal dos municípios brasileiros. Advances in Scientific and Applied Accounting, 12(3), Set. / Dez. p. 62-78, 2019.

HADDAD, R. C.; MOTA, F. G. L. **Contabilidade Pública.** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 1. ed. Brasília, CAPES, 2010.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). International standards: 2019 global status report. (2019). Disponivel em https://www.ifac.org/knowledge-gateway/supportinginternational-standards/discussion/international-standards-2019-global-status-report. Acesso em: 29 dez. 2022.

IUDÍCIBUS, S. Análise de Balanços, 11ª edição. Disponível em: VitalSource Bookshelf, Grupo GEN, 2017, acessado em 18 de abril de 2023.

LEITE, Guilherme Borba. A adoção da demonstração de fluxo de caixa (DFC) como instrumento de gestão de recursos públicos no município de Cacoal - RO. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2016.

LIMA, S. C.; DINIZ, J. A. Contabilidade pública: **Análise financeira governamental**. São Paulo: Atlas, 2016.

MACÊDO, F. F. R. R.; KLANN, R. C. Análise das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP): Um Estudo nas Unidades da Federação do Brasil. **Revista Ambiente Contábil**, v. 6, n. 1, p. 253-272, 2014.

MARION, J. C. **Contabilidade básica.** 13º ed. Barueri: Atlas, 2022.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 3º ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2020.

PEDERNEIRAS, M. M. M.; DIAS, J. C. R.; LOPES, J. E. de G.; MACÊDO, J. M. A. Um estudo sobre a complementaridade do fluxo de caixa e do balanço financeiro após a aprovação da nbcasp 16.6 para o setor público. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, *[S. l.]*, v.3, n. 3, p. 99-120, 2013. DOI: 10.18696/reunir.v3i3.156. Disponível em: https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/156. Acesso em: 24 abr. 2023.

RIBEIRO. M. O. **Contabilidade básica fácil**. 29.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SASSO, M.; VARELA, P. S**. Doze anos de convergência das normas brasileiras às IPSAS: avanços e limites das pesquisas.** Revista Fipecafi de Contabilidade, Controladoria e Finanças, 1(1), 78-102, 2020.

SCHMIDTHUBER, L., HILGERS, D., HOFMANN, S. International Public Sector Accounting Standards (IPSASs): a systematic literature review and future research agenda. Financial Accountability & Management, 1-24. 2020. https://doi.org/10.1111/faam.12265.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: E. P. U., 1987.

SILVA, A. A. D. Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis. (5ed). Grupo GEN, 2017. Disponível em: VitalSource Bookshelf, Grupo GEN, 2017, acessado em 18 de abril de 2023.

SILVA, K. F.; CRUZ, M. A. O.; AMORDIVINO, S.; ARAUJO, A.F.L.P.; BOLWERK, A. A.; FREITAS, I. O. M. Demonstração dos Fluxos de Caixa como instrumento de transparência das contas pública financeiras. In: **6ª JICE-JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO**. 2015. Disponível em: https://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/jice/6jice/paper/viewFile/6925/3440. Acesso em: 25 de maio de 2023.

SILVA, R. M. **Demonstração de Fluxos de Caixa nas Entidades do Setor Público: Estudod e caso no IFG-Instituto Federal de Goiás**. 2018. Tese de Doutorado. Instituto Politecnico do Porto (Portugal). Disponível em: https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/13034. Acesso em: 25 de maio de 2023.

SOUZA, S. A. **Contabilidade geral 3D: básica, intermediária e avançada**. Coordenação Alexandre Meirelles. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012.
WANG, X., DENNIS, L., TU, Y. S. **Measuring financial condition:** A study of US states. Public Budgeting and Finance, 2007.

ZAMPROGNO, B.; BEZERRA FILHO, J. E. A Percepção de Contadores Sobre a Demonstração dos Fluxos de Caixa no Setor Público Brasileiro. **Revista Organizações em Contexto**, v. 16, n. 32, p. 267-306. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/OC/article/view/9799. Acesso em: 25 de maio de 2023.